



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

MINICURSOS

Minicurso 1 - Entendendo as dinâmicas do contrabando no Brasil colonial: agentes, produtos, permissão e punição

Luciana Lima de Andrade Barbosa – Universidade Federal Rural de Pernambuco / Brasil

Justificativa:

Apesar de o tema do contrabando estar presente em muitos trabalhos da historiografia brasileira sobre o período colonial, ele aparece majoritariamente apenas como um aspecto periférico da economia, do comércio, da exploração aurífera ou do tráfico de escravizados. Poucos são, ainda hoje, os estudos que têm o comércio ilegal como objeto central e, mesmo assim, a grande maioria se debruça sobre aspectos, se não exclusivamente, principalmente econômicos da prática. Talvez parte do motivo dessa pouca difusão sejam as limitações que a investigação de uma atividade ilícita apresenta. Mas o fato é que o contrabando praticado no Brasil desempenhava funções muito além das econômicas, tanto para a colônia quanto para a metrópole. Por ter suas particularidades pouco exploradas pela historiografia, as dinâmicas da prática não são tão bem compreendidas. Isso significa que muitas ideias preconcebidas sobre o comércio ilegal no Brasil colonial permanecem enraizadas na mentalidade da própria comunidade acadêmica. O contrabando constituiu uma parte significativa e importante da sociedade colonial, promovendo não apenas o desenvolvimento econômico local e metropolitano, como também o social, cultural e político do Brasil no período da dominação portuguesa. Por esses motivos, faz-se importante a promoção de debates no meio historiográfico sobre o assunto. Dessa forma, este curso busca viabilizar uma compreensão mais ampla sobre o tema entre os estudiosos da história colonial do Brasil, para que se possa, ainda que parcialmente, quebrar certos paradigmas sobre o tema e fomentar o interesse da comunidade acadêmica.

Objetivo Geral:

Promover a difusão do conhecimento sobre o tema do contrabando no Brasil colonial, de forma a romper com ideias engessadas sobre o comércio ilegal colonial e proporcionar um debate sobre os aspectos sociais, culturais e políticos da prática, que vão muito além da definição de crime.

Objetivos Específicos:

- Possibilitar a compreensão do que era o contrabando na América portuguesa – tanto na perspectiva da metrópole quanto na dos colonos – através da historiografia, bem como de documentos da época.
- Promover debates e levantar questionamentos sobre as diferentes funções que o comércio ilegal desempenhava para os vários grupos sociais na colônia.
- Romper com ideias preconcebidas de que o contrabando no Brasil colonial era uma atividade praticada apenas pelos administradores e grandes comerciantes, e desmistificar a lógica de que seu resultado era única e exclusivamente prejudicial para a Coroa portuguesa.

Conteúdo Programático:

1. Conceituação: o que significava a prática do contrabando dentro do universo da colonização das Américas; quem eram os contrabandistas; o que era contrabandeado, como e por quê.
2. Redes de contrabando na América portuguesa: aspectos sociais, econômicos, políticos e administrativos; e a atuação da Coroa em relação ao comércio ilegal.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

3. Os casos das capitanias do norte no século XVIII: a função social do contrabando e sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade.
4. O descaminho nas capitanias do sul: como o descaminho do ouro e o desvio, ou evasão, de impostos influenciaram a administração colonial e o controle metropolitano sobre as capitanias mineradoras.

Referências bibliográficas:

BARBOSA, Luciana Lima de Andrade. As trilhas vermelhas do descaminho: o contrabando de pau-brasil em Pernambuco c.1780 - c.1795. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2024.

CAVALCANTE, Paulo. Negócios de Trapaça: Caminhos e Descaminhos na América Portuguesa (1700 1750). São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2006.

DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. "As pessoas mais distintas em qualidade e negócio": elites, relações políticas e a Companhia de Comércio em Pernambuco na segunda metade de Setecentos. Tese (Doutorado em História - Especialidade em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa). Lisboa: FSCH-UNL, 2014.

ELLIS, Myriam. Comerciantes e contratadores do passado colonial: Uma hipótese de trabalho. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 24, ano 1982, pp. 97-122.

KLOOSTER, Wim. Inter-Imperial Smuggling in the Americas, 1600-1800. In: BAILYN, Bernard. DENAUT, Patricia L. Soundings in Atlantic History: Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts. London, England, 2009, pp. 141-180.

MALAMUD, Carlos. El comercio directo de Europa con América en el siglo XVIII: algunas consideraciones. Quinto Centenario, n° 1. Madrid, 1981, pp. 25-52.

PERUSSET VERAS, Macarena. Comportamientos al margen de la ley: contrabando y sociedad en Buenos Aires en el siglo XVII. História Crítica, Bogotá, n. 33, 2007, pp. 158-185.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: HUCITEC, 1989.

PIJNING, Ernst. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, n. 42, 2001, pp. 397-414.

SOUSA, Jéssica Rocha. Nas rotas dos sertões: comércio e contrabando entre as capitanias de Pernambuco e Bahia (1759-1780). 2018. 177 f. (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2018.

Minicurso 2 - História e ChatGPT. A inteligência artificial pode ser uma assistente de pesquisa?

Naira Maria Mota Bezerra – CHAM-FCSH, Universidade Nova de Lisboa / Portugal



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Objetivo:

O objetivo do curso é apresentar a pesquisadores, professores e estudantes o funcionamento da inteligência artificial generativa, com foco no ChatGPT. Serão discutidas a história da inteligência artificial (c. 1950-2025), seu modo de funcionamento, as possibilidades e os limites da ferramenta enquanto assistente de pesquisa. O curso também abordará questões éticas, metodologia em pesquisa histórica e aspectos práticos relacionados ao uso responsável da inteligência artificial (IA) no processo de investigação.

Ao final do curso, as pessoas terão desenvolvido as competências de (I) conhecer a história da inteligência artificial e o contexto histórico em que ela foi desenvolvida; (II) compreender o funcionamento da IA, o modelo de linguagem e os prompts; (III) saber formular prompts eficazes para pesquisa acadêmica; (IV) avaliar criticamente os conteúdos gerados pela IA; (V) conhecer o que a IA não é capaz de fazer em uma pesquisa científica e (VI) aplicação da IA em contexto de pesquisa como transcrição, tradução, elaboração de banco de dados.

O conteúdo deste minicurso também poderá servir de base para outros cursos em escolas e grupos de pesquisa.

Justificativa:

A inteligência artificial generativa é uma realidade cada vez mais incontornável. A ideia deste curso surgiu da minha observação sobre a relação de historiadores e historiadoras com a IA, especificamente com o ChatGPT. Trata-se da inteligência artificial mais utilizada, e o Brasil é o quarto país que mais utiliza a ferramenta (<https://www.barrosmelo.edu.br/noticia/chatgpt-brasil-e-o-4o-pais-que-mais-utiliza-a-inteligencia-artificial#:~:text=Universit%C3%A1rios%20usam%20IA%20nos%20estudos,a%20intelig%C3%A2ncia%20artificial%20nos%20estudos>). Acesso em 10 de dezembro de 2025). Nessa realidade, temos de um lado muita gente sabendo do que se trata apenas de maneira superficial. Do outro, estudantes utilizando sem o menor critério, como atalho de um processo que é naturalmente lento, transformando resultados de pesquisas em uma formatação plástica e sem sentido, típico do mau uso da ferramenta.

Atravessando tudo isso, opiniões polarizadas: pontos de vista que defendem cegamente o não uso da IA confrontando o debate científico internacional já indica que a questão não está mais no “se” e sim no “como”. (Dwivedi, Y. K., Malik, T., Hughes, L., & Albashrawi, M. A., 2024)

Nesse cenário conturbado, o caminho para encarar a questão passa necessariamente por discuti-la. A inteligência artificial tem sido tema de debates científicos ao redor do mundo. Especificamente no campo historiográfico, discute-se seu uso no que diz respeito ao trabalho com fontes e paleografia, revisão bibliográfica, criação de banco de dados. Boa parte das discussões a respeito do uso da IA em contexto acadêmico é feita em língua inglesa, como aponta a bibliografia abaixo. Trazer a questão para um minicurso no EIHC é incluir pesquisadores brasileiros na discussão, considerando as múltiplas realidades da pesquisa no país.

Para tanto, é preciso, em primeiro lugar, compreender como a ferramenta foi construída e como ela funciona. Esse conhecimento é essencial para identificar os limites e possibilidades do ChatGPT no contexto de pesquisa científica em História e a sua utilização em concomitância ao rigor acadêmico. Em segundo lugar, para além da questão da geração e autoria de textos escritos, o curso também propõe uma discussão sobre o impacto da IA generativa em pesquisas sobre a época moderna e colonial. A IA será capaz de modificar os focos de pesquisa? Os temas sofrerão mudanças de abordagens? Assim, o



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

curso permitirá a nós, professores e pesquisadores, saber gerir o uso da IA com alunos e jovens cientistas sob nossa responsabilidade. Uma versão reduzida desse minicurso já foi apresentada, em formato de aula, para estudantes de História na Universidade do Estado da Bahia (outubro de 2025) e na Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro (novembro de 2025). As dúvidas dos estudantes indicam claramente que é necessário continuar debatendo o assunto.

Conteúdo programático para 12h de minicurso:

Dia 1 – Afinal, o que é inteligência artificial?

Objetivo: Apresentar a história da IA e explicar o seu funcionamento

- O início da inteligência artificial, o jogo da Imitação de Alan Turing e a guerra fria (c. 1950-2025)
- Os tipos de inteligência artificial, as características da IA generativa;
- O que é LLM (large language model);
- O que é prompt e qual a diferença entre prompt e comando;
- Exercício prático: identificar as diferentes respostas da ferramenta a partir dos diferentes prompts.

Dia 2 – A IA pode ser minha assistente de pesquisa?

Objetivo: Apresentar os limites e possibilidades da IA generativa na pesquisa em História • Para que o ChatGPT serve em contexto de pesquisa e escrita;

- Para que o ChatGPT serve em escrita científica;
- Para que o ChatGPT não serve;
- Como a ferramenta inventa referências bibliográficas;
- Exercício prático: leitura e identificação se os textos apresentados como exemplos são de humanos ou da IA.

Dia 3 – Discussão sobre ética e temas polêmicos envolvendo uso da IA

- Como as revistas acadêmicas estão lidando com o uso da IA;
- A IA vai padronizar nossa escrita e reforçar a norma culta?;
- Como lidar com estudantes que usam IA em seus textos em bancas de tcc, mestrado ou doutorado?;
- As regras já propostas – caso UFBA; o Guia para IA generativa da Unesco.

Referências Bibliográficas:

De Freitas, J., Nave, G., & Puntoni, S. (2025). Ideation with generative AI—in consumer research and beyond. *Journal of Consumer Research*, 52(1), 000–000. <https://doi.org/10.1093/jcr/ucaf014>

Dwivedi, Y. K., Malik, T., Hughes, L., & Albashrawi, M. A. (2024). Scholarly discourse on GenAI's impact on academic publishing. *Journal of Computer Information Systems*, 1–16.

Epp, A. M., & Humphreys, A. (2025). Collaborating with generative AI in consumer culture research. *Journal of Consumer Research*, 52(1), 000–000. <https://doi.org/10.1093/jcr/ucaf014>

Kshetri, N. (2021). Evolving uses of artificial intelligence in human resource management in emerging economies in the global South: Some preliminary evidence. *Management Research Review*, 44(7), 970–990.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Makeleni, S., Mutongoza, B. H., & Linake, M. A. (2023). Language education and artificial intelligence: An exploration of challenges confronting academics in Global South universities. *Journal of Culture and Values in Education*, 6(2), 158–171.

Mutambara, A. G. (2025). *Artificial Intelligence: A driver of inclusive development and shared prosperity for the Global South*. CRC Press.

Noy, S., & Zhang, W. (2023). Experimental evidence on the productivity effects of generative artificial intelligence. *Science*, 381(6654), 187–192.

Qadir, J. (2023, May). Engineering education in the era of ChatGPT: Promise and pitfalls of generative AI for education. In *2023 IEEE Global Engineering Education Conference (EDUCON)* (pp. 1–9). IEEE.

Schmitt, B. (2025). GenAI and consumer research: Are we the last generation of human consumer researchers? *Journal of Consumer Research*, 52(1), 1–6. <https://doi.org/10.1093/jcr/ucaf015>

Sepúlveda, D., Mendoza Horvitz, M., Joiko, S., & Ortiz Ruiz, F. (2022). Education and the production of inequalities across the Global South and North. *Journal of Sociology*, 58(3), 273–284.

Taylor, S. M., Gulson, K. N., & McDuie-Ra, D. (2023). Artificial intelligence from colonial India: Race, statistics, and facial recognition in the Global South. *Science, Technology, & Human Values*, 48(3), 663–689.

Turba, R., Thoré, E. S., Bertram, M. G., Bridg, H., Sabet, S. S., Gamboa, M., ... & Franco, C. M. (2025). Global North–South science inequalities due to language and funding barriers.

Guia para uso de Inteligência artificial UFBA:

https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/guia_para_uso_etico_e_responsavel_da_inteligencia_artificial_generativa_na_universidade_federal_da_bahia.pdf, acesso em 10 de dezembro de 2025

Guia da Unesco para uso de Inteligência artificial:

<https://www.unesco.org/pt/articles/guia-para-ia-generativa-na-educacao-e-na-pesquisa>, acesso em 10 de dezembro de 2025.

Minicurso 3 - Metodologías de los paisajes sonoros históricos para identificar la sospecha en el pasado colonial

Elsa Pinto Prieto – Universidad de Granada / España
Beatriz García-Torres Robles – Universidad de Granada / España

Introducción:

En las últimas décadas, la historia del sonido y los estudios sensoriales han abierto nuevas vías para comprender los mecanismos de poder, disciplinamiento y negociación cultural en los mundos coloniales. A pesar de que no podemos recuperar la materia prima (el sonido) por su carácter efímero



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

y temporal, ha encontrado sus formas de dejar sus rastros en fuentes textuales y pictóricas. Por ello es necesario, como historiadores, tener las herramientas necesarias para “escucharlas” y recuperar esa dimensión oral/efímera. El sonido fue un dispositivo central en la configuración del orden social, religioso y político. En la América colonial —y particularmente en la Nueva España—, la escucha constituía una práctica social regulada, marcada por jerarquías, afectos y sospechas. Diferentes grupos (mujeres, indígenas, afrodescendientes y castas) fueron interpelados, vigilados o silenciados a través de regímenes de escucha diferenciados, al tiempo que desarrollaron estrategias propias de apropiación y resistencia.

En la segunda mitad del siglo XX, Murray Schafer desarrolló el World Soundscape Project (WSP), una de las iniciativas más influyentes para pensar críticamente el paisaje sonoro contemporáneo. Su propuesta se centraba en ejercitar una escucha activa del mundo y en preservar los sonidos de aquellos espacios que estaban desapareciendo con la expansión de la contaminación acústica. Aunque el proyecto nació con una vocación ecológica y artística, sus categorías —sonidos clave, señales, marcas sonoras, hi-fi/lo fi, comunidad acústica— ofrecieron a las humanidades un nuevo marco conceptual para aproximarse al pasado desde lo audible. Sin embargo, pese a que las primeras experiencias de aplicación histórica se remontan a la década de 1980, todavía no existe una metodología estable, sistemática o consensuada. La investigación histórica continúa moviéndose en un terreno experimental, donde las ecologías acústicas dialogan con las fuentes coloniales a la vez que revelan sus límites, silencios y posibilidades. En esta línea se considera de interés la interrelación que puede plantearse entre el uso del sonido como forma de aproximación a la cultura de la sospecha. En el periodo colonial, durante las conocidas como Revoluciones atlánticas, la administración española trató de establecer mecanismos de control sobre la población, extendiendo una sospecha generalizada sobre el total de esta debido al miedo a una revolución. Alteraciones como las previamente señaladas, provocaron que sectores emisores como mujeres, indígenas, afrodescendientes o castas fuesen vigilados y controlados, lo que permite una aproximación a su realidad desde la perspectiva de estudio de la Sospecha. La extensión de rumores o pronunciamientos, entre otros, hacían uso del canal sonoro a través del que se convirtió en una verdadera amenaza a controlar. Es por ello necesario conocer estos mecanismos de la sospecha y las implicaciones y efectos que a nivel social pudieron tener sobre la población estudiada. A través del desarrollo de una historiografía de la Sospecha se tratarán de resolver los interrogantes aquí planteados.

Este microcurso se inscribe precisamente en ese horizonte de exploración metodológica. Hacemos uso de un enfoque interdisciplinar que combina las herramientas de la historia del sonido, la antropología sensorial, los estudios afectivos y la teoría foucaultiana del régimen de verdad. Con ello nos proponemos ofrecer instrumentos concretos para reconstruir paisajes sonoros históricos y analizar el papel de la escucha en la configuración del orden colonial. Examinar cómo se escuchaba, quién estaba autorizado a escuchar y qué sonidos se consideraban perturbadores permite iluminar dimensiones esenciales del poder colonial. Entre ellas el disciplinamiento moral, la vigilancia religiosa, la sospecha frente a la alteridad y la producción de subjetividades. A través de lecturas guiadas, ejercicios de escucha, cartografías sonoras y el análisis directo de documentos coloniales —edictos, procesos inquisitoriales, autos sacramentales, crónicas y testimonios—, el curso proporcionará herramientas aplicables a proyectos de investigación propios. Nuestro objetivo es que las y los participantes aprendan no solo a reconstruir un paisaje sonoro histórico, sino también a reconocer cómo el sonido opera como evidencia, como emoción y como sospecha dentro de los archivos coloniales.

Método:



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

El microcurso combina aproximaciones metodológicas procedentes de la historia del sonido, la antropología sensorial, la teoría crítica y los estudios coloniales. Partimos del supuesto de que los paisajes sonoros históricos no son reconstrucciones miméticas del pasado, sino modelos interpretativos que permiten identificar relaciones de poder, prácticas de escucha y mecanismos afectivos inscritos en las fuentes coloniales. Para el curso proponemos el trabajo sobre tres ejes: Metodología del paisaje sonoro (soundscape): A partir de las categorías del World Soundscape Project (Schafer) y la teoría de la comunicación acústica (Truax), exploramos cómo trasladar estas herramientas al estudio de archivos coloniales. Este eje permite identificar sonidos clave, marcas sonoras, silenciamientos y relaciones espaciales que estructuran la vida colonial.

Metodologías de escucha histórica:

Analizamos cómo la escucha se convierte en una práctica social regulada, atravesada por género, raza, estamento, autoridad religiosa y disciplina moral. La escucha se aborda como un acto situado, que produce significado y ordena jerarquías dentro de la ecología acústica colonial.

Metodología de la sospecha:

Analizamos cómo la sospecha evoluciona dentro del contexto colonial, trasladando el foco de atención desde grupos concretos como desconocidos o extranjeros al total de la población. La sospecha se transforma ocupando un papel central en las dinámicas sociales de las colonias hispanas como elemento transformador de la realidad de los habitantes de los territorios objeto de estudio. El curso combina sesiones teóricas, ejercicios de audición guiada, cartografía sonora, análisis de documentos primarios y dinámicas colectivas orientadas a trasladar estas herramientas a investigaciones individuales. La metodología es práctica, flexible y adaptada tanto a estudiantes como a investigadores/as que busquen integrar perspectivas sensoriales en sus trabajos sobre el mundo colonial.

Estructura:

Parte

Contenido

Material

Duración

Metodología “soundscape”

Paisaje sonoro histórico: ¿Qué nos aporta para el conocimiento de la historia de la América colonial?

Murray Schafer: The tuning of the world

Barry Truax: Acoustic Communication

2 hrs.

Taller

Ejercicio de escucha y cartografías de sonidos (¿Cómo escuchar las fuentes coloniales?)

Ejercicios de cartografía y escucha: metodologías para la historia colonial

2 hrs.

Metodología “sospecha”

Emociones-escucha-sospecha

The Mechanisms of Suspicion in the Age of the Atlantic Revolutions. A Concept and Focus for Research in History. En prensa.

2 hrs.

Taller

Experiencia práctica sobre fuentes primarias

Se proporcionará material para el análisis y debate en clase. Pensado para aplicar aquello planteado en las sesiones anteriores.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

2 hrs.

Metodología “escucha como mecanismo de sospecha”

Abordaremos cómo se forma la normatividad, disciplinamiento y vigilancia desde el poder y cómo afecta a la sociedad.

Elaboración y transformaciones del concepto de ruido.

Sospecha y sonido en la América Colonial.

Mary Thompson: Beyond unwanted sound

Javier Marín López: A conflicted relationship: Music, power and the Inquisition in vice-regal Mexico City

2 hrs.

Taller

Ejercicios prácticos sobre cómo pensar las fuentes coloniales desde estas perspectivas. Debate.

Se proporcionará material para el análisis y debate en clase. Pensado para aplicar aquello planteado en las sesiones anteriores.

2 hrs.

Total: 12 hrs.

Bibliografía base:

Schafer, R. M. (1977). The tuning of the world. Knopf.

Truax, B. (1984). Acoustic communication. Ablex Publishing.

Baker, G., & Knighton, T. (2011). Music and urban society in colonial Latin America. Cambridge University Press.

Cunill, C. (2024). Translating native consent in the Spanish Empire: Maya words and agency in sixteenth century Yucatán. En S. Tycko (Ed.), Impérios: Temas emergentes (Ler História, nº 84).

Biersack, M. (2017). The Count of Haro, author of the anonymous Relación del discurso de las Comunidades. eHumanista: Journal of Iberian Studies, 36, 165-179.

Minicurso 4 - Entre a justiça, a moral e a práxis: caminhos metodológicos para o uso da literatura jurídica nas pesquisas históricas (séculos XVI-XIX)

Juliane Tavares Monteiro – Universidade Federal Rural de Pernambuco / Brasil
Jéssica Maria Silva de Menezes – Universidade Federal Rural de Pernambuco / Brasil

Objetivos:

- Oferecer uma metodologia de leitura e análise de fontes da literatura jurídica (séculos XVI–XIX) aplicável à pesquisa histórica;
- Discutir as relações entre direito, teologia e moral na constituição da cultura jurídica da Primeira Modernidade Ibérica;
- Evitar leituras anacrônicas, promovendo um diálogo crítico entre os conceitos jurídicos modernos e os sentidos históricos originais;
- Capacitar os estudantes para identificar, contextualizar e interpretar textos jurídicos como expressões de pensamento moral, político e social do período.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Justificativa:

O minicurso propõe uma reflexão teórico-metodológica sobre o uso da literatura jurídica e teológica como fonte histórica para o estudo da justiça, do direito e das práticas judiciais no período que chamamos “Primeira Modernidade”. Parte-se do reconhecimento de que a historiografia brasileira, em grande parte, ainda não incorporou de modo consistente a análise desses textos como Tratados, Manuais de ofício e obras morais que exerceram influência decisiva sobre a forma como os juízes concebiam e aplicavam a justiça na América portuguesa. Com base nesse diagnóstico, o minicurso buscará apresentar estratégias de leitura e interpretação dessas fontes, enfatizando sua dimensão argumentativa, moral e simbólica, assim como articulação com a práxis judicial, através de peças processuais. Portanto, buscaremos compreender como os discursos de juristas e moralistas moldaram as práticas judiciais e a própria ideia de justiça em um contexto no qual a sociedade era concebida como uma ordem sagrada, protegida também pela administração prudencial da justiça. O minicurso é destinado a estudantes de graduação e pós-graduação em História, Direito e áreas afins.

Conteúdo Programático:

O minicurso combina uma abordagem teórica e prática sobre o uso da literatura jurídica e teológica como fonte histórica entre os séculos XVI e XIX. Inicialmente o minicurso buscará discutir conceitos de justiça, moral e prática judicial; em segundo momento, a leitura de tratados, peças processuais. Busca se articular teoria e práxis para compreensão do sentido dos textos.

Bibliografia:

ABOIM, Diogo Guerreiro Camacho de. Escola moral, política, cristã e jurídica. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1696.

ANZOÁTEGUI, Víctor Tau. Casuismo y sistema. Madrid: Athenaica Ediciones, 2021. ISBN 978-84-18239 37-3. Librotea+1.

HOMEM, Antônio Pedro Barbas. A função de julgar. In: Judex Perfectus. Lisboa: 2008.

MORAIS, Y. B.; MENEZES, J. S. E executam conforme suas paixões e interesses: juízes ordinários no sertão da Capitania da Paraíba, século (XVIII). Revista de História Regional, v. 24, p. 352-346, 2019.

RUIZ, Rafael. O sal da consciência. Probabilismo e justiça no mundo ibérico. Instituto de Filosofia e Ciência Raimundo llull, São Paulo, 2015.

RUIZ, Rafael. O espelho da América de Thomas More e Jorge Luis Borges. Santa Catarina. Editora UFSC. 2011.

RUIZ, R. Probabilismo e Teologia moral na prática judiciária na América espanhola do século XVII. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, [S. l.], v. 4, n. 8, 2012.

RUIZ, Rafael. “A teologia moral como chave interpretativa” (capítulo ou artigo em Espaços Coloniais: domínios, poderes e representações, organizadores Carmen Alveal & Thiago Dias). São Paulo: Alameda, 2019.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Minicurso 5 - Igreja católica e Inquisição portuguesa: estudos de Gêneros e relações de poder

Joseane Pereira de Souza – Universidade Federal da Bahia / Brasil
Iara Silva de Jesus – Universidade do Estado da Bahia / Brasil

Carga horária:

12 horas (3 turnos de 4 horas cada)

Público-alvo:

Estudiosos em História e áreas afins; professoras(es) da educação básica; pesquisadoras(es) interessadas(os) em História da Igreja, Inquisição e Estudos de Gênero.

Objetivo Geral:

Analisar a atuação da Igreja Católica e da Inquisição Portuguesa como instituições produtoras de discursos, práticas de controle social e dispositivos de gêneros, articulando poder, religião e normatização dos corpos e comportamentos no mundo luso-brasileiro.

Objetivos Específicos:

Compreender os mecanismos de funcionamento da Inquisição Portuguesa e sua atuação no Brasil colonial;
Analisar como as relações de gênero foram construídas, reguladas e hierarquizadas por instituições católicas;
Refletir sobre o uso de fontes inquisitoriais e eclesásticas como documentação histórica para os Estudos de Gênero;
Problematizar estereótipos de gêneros produzidos pelos discursos religiosos e jurídicos.

CONTEÚDOS E ORGANIZAÇÃO POR TURNOS

1º TURNO – Igreja, Inquisição e poder (4h)

Conteúdos

Reforma Católica e Contrarreforma: contexto histórico;
Criação e funcionamento do Tribunal do Santo Ofício em Portugal;
A Inquisição Portuguesa e suas redes de atuação no Brasil;
Igreja Católica como instituição de poder e controle social;
Heresia, moral cristã e vigilância dos costumes.

Atividades

Aula expositiva-dialogada;
Análise coletiva de excertos de regimentos inquisitoriais;
Debate orientado: religião, poder e disciplina social.

Conteúdos

Gênero como categoria analítica (Joan Scott);
Instituições religiosas e produção de papéis de gênero;



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Feminilidades e masculinidades no discurso eclesiástico;
Sexualidade, honra, corpo e moral cristã;
Mulheres, religiosidade e controle simbólico.

Atividades

Leitura dirigida de textos teóricos (Scott, Louro);
Discussão em pequenos grupos;
Sistematização coletiva: gênero, poder e normatização.

Conteúdos

Tipos de fontes inquisitoriais e eclesiásticas;
Confissão, denúncia e produção documental;
Mulheres, religiosidades e honra;
Estereótipos de gênero nas acusações inquisitoriais;
Possibilidades e limites dessas fontes para a escrita da História.

Atividades

Análise de trechos de processos inquisitoriais;
Debate final: silêncios, violências e resistências;
Avaliação coletiva do minicurso.

Metodologia

Aulas expositivas-dialogadas;
Leitura e discussão de textos teóricos;
Análise de fontes históricas;
Debates orientados e atividades coletivas.

Referências Bibliográficas:

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v. 20, nº 2, 1995.

SIQUEIRA, Sonia. *O momento da Inquisição*. João Pessoa: Editora Universitária, 2013.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 54, 2007.

Minicurso 6 - Caminhos para produção de materiais didáticos de História

Leandro Antonio de Almeida – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia / Brasil

Ementa:

Materiais didáticos: definições, dimensões e tipologias. Ferramentas para produção de materiais didáticos. Experiências de produção de materiais didáticos sobre história colonial.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Justificativa:

O objetivo deste curso é familiarizar os interessados com a produção de materiais didáticos de História. Tais materiais tem sido importantes ferramentas pedagógicas no processo de aprendizado histórico, tradicionalmente utilizadas pelos professores em salas de aula e, no século XXI, emergiram como importante objeto de pesquisas aplicadas na área História, seja nos estágios, iniciação científica, PIBID, trabalhos de conclusão de graduação e, sobretudo, mestrados e doutorados profissionais. Em nossa prática docente e nas pesquisas é frequentemente apontada a ausência de conteúdos que atendam as necessidades dos professores no âmbito local e regional, já que os materiais que chegam às escolas e outros espaços educativos são elaborados visando amplos sujeitos por empresas segundo uma lógica mercantil, nos grandes centros do país. Na contramão desse processo, o domínio da construção dos materiais didáticos pode se constituir como elemento de empoderamento de professores, graduandos e interessados, já que permitem definição e elaboração a partir de anseios, temas, práticas e metodologias emergentes dos contextos locais e regionais. Neste minicurso os exemplos abordados priorizarão materiais didáticos de História colonial.

Conteúdo programático:

Conteúdo programático

- a) Conceitos, dimensões e tipologia dos materiais didáticos
- b) Ferramentas digitais de auxílio à elaboração de Materiais Didáticos
- c) Experiências de produção de materiais didáticos de História, priorizando História Colonial.

Metodologia:

- Exposição dialogada dos principais conceitos e problemas;
- Relato de experiências de produção de materiais didáticos de História Colonial;
- Apresentação de propostas de materiais didáticos de História.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Leandro Antônio. Produção de livros didáticos no Mestrado Profissional de História: relato de experiência a partir de uma disciplina da UFRB. *História Hoje*, v. 5, n. 9, p. 221-248, 2016. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/228>.

ALMEIDA, Leandro Antônio. Parâmetros de produção e avaliação de materiais didáticos no Programa de Mestrado Profissional em História. *MÉTIS: história & cultura* – v. 16, n. 31, 2017, pp. 19-46. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/5335/pdf>.

ALMEIDA, Leandro Antônio. A formação docente em Laboratórios Universitários de ensino de História através da produção de materiais didáticos: a experiência do LEHRB-UFRB. *Escritas Do Tempo*, 2(6), 2020, 118-148. <https://doi.org/10.47694/issn.2674-7758.v2.i6.2020.118148>

ALMEIDA, Leandro Antonio. Práticas, contribuições e desafios da produção de materiais didáticos em mestrados profissionais de História: considerações preliminares a partir dos trabalhos finais da UFRB. In: ZANCHETT, Silvana Aparecida da Silva et al. *Trilhando caminhos, tecendo redes: história, linguagens e outras possibilidades interdisciplinares*. Goiânia: Editora da UFG, 2022, cap. 2. E-book

ALMEIDA, Leandro Antonio de. A produção de materiais didáticos sobre charuteiras do Recôncavo no Subprojeto História do PIBID-UFRB. *Anais do VII Encontro Estadual de Ensino de História da*



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

ANPUH-BA, 2023, Salvador. Disponível em
https://www.ensinodehistoria2023.bahia.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=4396.

ALMEIDA, Leandro Antonio de. O retrato de Maria Quitéria: A produção de um material didático de História baseado em imagens. Abatirá - Revista De Ciências Humanas E Linguagens, v.4, n.7, 2023, 282-302. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/15674>

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Coord.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2009

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática do Ensino de História. Campinas: Papirus, 2003.

KARNAL, Leandro (org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 5a ed. São Paulo: Contexto, 2009

MOREIRA, Kenia Hilda; SILVA, Marilda. Um inventário: O livro didático de História em pesquisas (1980 a 2005) São Paulo: Unesp, 2011

MUNAKATA, Kazumi. História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos C. de. (org) Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: EDUFRN, 2007

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva G. Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2007.

SILVA, Ana Célia. A representação do negro no livro didático. Salvador: Edufba, 2011.

Minicurso 7 - Conservação curativa: práticas básicas para a recuperação e preservação de documentos coloniais

Rita de Cássia Silva Doria – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia / Brasil

O minicurso, “Conservação curativa: práticas básicas para a recuperação e preservação de documentos coloniais” visa destacar a importância em preservar os documentos de valor histórico colonial e o conteúdo informacional que estes carregam, essenciais para compreender os desdobramentos ocorridos nas sociedades ao longo do seu percurso. Esses documentos nos permitem evidenciar fatos de um passado que nos chegam por meio de memórias impressas no papel, fornecendo evidências concretas sobre eventos que ocorreram, assegurando dessa forma, a conservação e longevidade dos referenciais históricos enquanto fonte de pesquisa para o trabalho do historiador e novas narrativas pelas futuras gerações.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Nesse sentido, o minicurso objetiva apresentar as ações básicas de conservação curativa, oportunizando a todos os profissionais que lidam com pesquisas em fontes documentais e arquivísticas históricas, conhecer e realizar pequenas recuperações nesses suportes e assim, ampliar sua permanência e acessibilidade.

Conteúdo Programático:

Aula 1: Fundamentos da Preservação e Conservação Preventiva: O que é, por que preservar, ciclo de vida do documento histórico.

Aula 2: Riscos e Ameaças: Fatores internos (acidez, agentes biológicos, temperatura) e externos (luz, umidade, poluição, desastres).

Aula 3: Higienização, Acondicionamento e Manuseio: materiais adequados (papel neutro, caixas), técnicas para diferentes formatos (rolos, grandes dimensões), boas práticas de manuseio (demonstrações e práticas).

Aula 4: Conservação curativa: introdução às ações práticas para recuperação de documentos em papel (demonstrações e práticas).

- Metodologia: Aulas expositivas, demonstrações práticas, discussões.
- Recursos: Laboratório, projetor, materiais (papéis especiais, cola de metilcelulose, luvas de látex e trinchas), acesso à internet, materiais de arquivo, documentos.
- Cronograma: 12 horas totais, divididas em 4 dias.

Referências Bibliográficas:

OGDEN, Sherelyn. Armazenagem e manuseio. Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos. BECK, Ingrid (org.). Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 2001.

SILVINO FILHO, José. Causas da Deterioração dos Documentos. Arquivos: gestão e conservação, Ano III, Sugestões Técnicas, março de 2012.

CASSARES, Norma Cianflone. COMO FAZER CONSERVAÇÃO PREVENTIVA EM

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS. Colaboração: Cláudia Moi. Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, São Paulo, 2000.

CALLOL, Milagros Vaillant. Biodeterioração do Patrimônio Histórico Documental: alternativas para sua erradicação e controle. Rio de Janeiro, MAST / FCRB, 2013.

SERIPERRI, Dione. Manual de Conservação Preventiva de Documentos: Papel e Filme. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2005.

Minicurso 8 - O Arquivo Público Municipal de Cachoeira e as Fontes Coloniais: usos, limites e potencialidades na pesquisa histórica

Igor Roberto Moreira – Universidade Federal da Bahia / Brasil
Glenda de Castro Spósito – Universidade do Estado da Bahia / Brasil



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Justificativa e Objetivos:

Este minicurso tem como objetivo introduzir pesquisadoras e pesquisadores às potencialidades historiográficas das fontes coloniais custodiadas pelo Arquivo Público Municipal de Cachoeira, por meio de uma experiência formativa que articula reflexão teórico-metodológica e contato direto com a documentação. Serão trabalhados inventários post-mortem, livros de fiança do Senado da Câmara e livros de registro de tabaco, com atenção à sua gênese administrativa, às funções institucionais que lhes deram origem e às possibilidades analíticas que oferecem para a pesquisa histórica.

Ao longo das atividades, serão discutidas a natureza, a estrutura interna e as intencionalidades desses registros, bem como seus usos, potencialidades e limites interpretativos, especialmente em um contexto marcado pela escassez, fragmentação e dispersão documental característica do período colonial. Atenção especial será dedicada aos inventários post-mortem, considerando seu caráter seriado e sua capacidade de revelar dimensões centrais da vida social, econômica, familiar, religiosa e laboral da Vila da Cachoeira, sobretudo diante da inexistência, para o período colonial, de acervos preservados das irmandades locais.

Os participantes serão estimulados a desenvolver uma leitura crítica das fontes, tanto em sua dimensão externa (condições de produção, autoria, finalidade e circulação) quanto interna (conteúdo, vocabulário, silêncios e recorrências), identificando sujeitos históricos, práticas sociais, formas de sociabilidade, relações de trabalho – com destaque para a escravidão urbana –, atividades econômicas e experiências do cotidiano colonial.

O minicurso fundamenta-se no diálogo com a história social, a micro-história e outras abordagens historiográficas que privilegiam a análise minuciosa da documentação manuscrita, valorizando a articulação entre escalas de observação e a reconstrução de trajetórias individuais e coletivas a partir de fontes seriadas e administrativas.

A realização das atividades nas dependências do Arquivo Público Municipal de Cachoeira possibilitará o contato direto com a documentação original, favorecendo a compreensão da materialidade dos documentos, de seus suportes, estados de conservação e trajetórias arquivísticas, bem como a reflexão sobre os desafios práticos e epistemológicos do trabalho do historiador em arquivo.

Metodologia:

O minicurso será desenvolvido em três momentos integrados:

1. Contextualização e produção documental:

- Discussão sobre os contextos administrativos, jurídicos e sociais que deram origem aos inventários post-mortem, livros de fiança e registros de tabaco.
- Finalidades, agentes produtores, circuitos burocráticos e funções sociais.

2-Potencialidades de pesquisa:

- Apresentação das múltiplas possibilidades temáticas e metodológicas que emergem do uso dessas fontes no estudo da história colonial.
- Exploração de temas como escravidão urbana, economia do tabaco, sociabilidade religiosa, dinâmicas de trabalho, circulação de bens, hierarquias sociais, entre outros.
- Reflexão sobre as ausências documentais e estratégias de pesquisa em cenários de escassez.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

3- Prática documental e leitura crítica:

- Exercícios de leitura paleográfica.
- Crítica interna e externa dos documentos.
- Manuseio supervisionado de exemplares selecionados no próprio Arquivo Público Municipal de Cachoeira.
- Orientação sobre formulação de problemas de pesquisa.

Conteúdo programático:

- * A documentação institucional no período colonial: produção, funções e agentes
- * Inventários post-mortem: estrutura, intencionalidade e usos historiográficos.
- * Livros de fiança do Senado da Câmara: trabalho, escravidão urbana e cultura administrativa.
- * Livros de registro de tabaco: economia, fiscalidade e circulação de mercadorias no Recôncavo.
- * Estratégias de pesquisa em cenários de escassez documental.
- * Análise material e crítica dos documentos: leitura interna e externa.

Referências Bibliográficas:

FARGE, Arlette. O sabor do arquivo. São Paulo: EdUSP, 2009.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Inventários e testamentos como fontes de pesquisa. In: A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória. Campinas: Alínea, 2009. p. 25-35.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. p. 93-118.

MORAES, Juliana de Mello. Reflexões acerca dos testamentos e inventários para o estudo do vestuário na América portuguesa. Revista de Ensino em Artes, Moda e Design, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 44-53, 2019.

MOREIRA, Igor Roberto de Almeida. “E POR TAIS TERCEIROS NA ORDEM DO CARMO”: os dignitários irmãos da Ordem Terceira do Carmo da Vila da Cachoeira, 1691-1773. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, UNEB, 2021.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spíndola Silveira Truzzi. História & Documento e método de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SPÓSITO, Glenda de Castro. “ENTRE TABULEIROS E CONFRARIAS” UMA ANÁLISE DAS INTERAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIORRELIGIOSAS DE MULHERES GANHADEIRAS NOS SETECENTOS DA VILA DA CACHOEIRA. Baraúnas: Revista de História, [S. l.], v. 3, n. 4, 2025.

Minicurso 9 - Elaboração de Projetos Culturais Editoriais para Historiadores: da pesquisa histórica à escrita de propostas para editais públicos

Ariel Lucas Silva – Universidade Federal de Minas Gerais / Brasil

Objetivos e Justificativa:



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

O minicurso propõe uma reflexão metodológica aplicada à História Colonial (séculos XV–XIX), compreendendo a elaboração de projetos culturais editoriais como uma estratégia contemporânea de mediação e circulação do conhecimento histórico. Parte-se do entendimento de que a produção editorial não se limita a um resultado técnico posterior à pesquisa, mas constitui um desdobramento direto do trabalho historiográfico, no qual se articulam interpretação do passado, construção de narrativas históricas e circulação social do saber.

Em diálogo com problemáticas centrais do campo da História Colonial — como conexões imperiais, circulação de pessoas e saberes, trocas culturais, conflitos e tensionamentos identitários —, o minicurso discute de que modo pesquisas sobre os mundos coloniais podem ser traduzidas em projetos editoriais voltados à difusão do conhecimento histórico. A proposta se insere no debate historiográfico e metodológico ao tratar dos modos contemporâneos de interpretação, comunicação e apropriação do passado colonial, articulando pesquisa histórica, práticas editoriais e políticas culturais como dimensões indissociáveis da produção do conhecimento histórico.

O minicurso tem como objetivo capacitar estudantes e pesquisadores da área de História para a elaboração de projetos culturais editoriais fundamentados em pesquisa histórica, oferecendo instrumentos conceituais e práticos para a formulação de propostas viáveis, alinhadas a políticas públicas de cultura e a editais de fomento. Serão abordados aspectos como justificativa cultural, definição de objetivos, metodologia de pesquisa aplicada, planejamento editorial, cronograma, orçamento, acessibilidade e impacto social, compreendendo a produção editorial como parte integrante da interpretação historiográfica e da circulação pública do passado colonial.

Ao articular reflexão historiográfica, leitura crítica de editais e exercícios práticos de escrita de projetos, o curso busca contribuir para a formação de historiadores capazes de atuar na mediação entre universidade, sociedade e políticas culturais, fortalecendo o papel da História Colonial no espaço público. Nesse sentido, o minicurso dialoga diretamente com o eixo temático do XI Encontro Internacional de História Colonial, ao abordar as dinâmicas de circulação, conexão e reinscrição contemporânea dos mundos coloniais investigados pela historiografia.

Conteúdo Programático:

- Problemas e abordagens da História Colonial (séculos XV–XIX) e seus desafios contemporâneos de circulação do conhecimento.
- Conexões imperiais, circulação de pessoas e saberes e tensionamentos identitários nos mundos coloniais.
- Produção editorial como mediação historiográfica do passado colonial.
- Políticas culturais e editais editoriais aplicados a pesquisas em História Colonial
- Diferenças entre projeto acadêmico e projeto cultural editorial.
- Estrutura de projetos editoriais como narrativa histórica (justificativa, objetivos, metodologia e público-alvo).
- Planejamento, execução, acessibilidade e impacto social de projetos editoriais históricos.

Referências básicas:

AVELAR, Rômulo. *O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural*. 3. ed. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2015.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

BONALDO, Rodrigo Bragio. *O que é História Pública?* Portal História Pública, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015 (atualização contínua). Disponível em: <https://historiapublica.sites.ufsc.br/o-que-e-historia-publica/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023. Regulamenta a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

BRASIL. Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022. Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB).

BRASIL. Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024. Dispõe sobre o marco regulatório do fomento à cultura.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instrução Normativa nº 10, de 28 de dezembro de 2023. Dispõe sobre acessibilidade e ações afirmativas nos projetos culturais.

SILVA, Ariel Lucas. *Publicação literária e informativa – Usos e costumes dos irmãos do Rosário no Serro (1716–1800)*. Projeto cultural aprovado em edital público.

SILVA, Ariel Lucas; BOTELHO, F. Produção editorial e responsabilidade sociocultural: uma análise de iniciativas que contribuem para transformar o Brasil em um país leitor. *Revista Pensar Comunicação*, v. 1, p. 13, 2011.

Minicurso 10 - Paleografia aplicada a fontes coloniais

Libânia da Silva Santos – Universidade Federal da Bahia – Secretaria de Educação do Estado da Bahia / Brasil

Justificativa:

As fontes primárias sobre o Brasil Colônia elencadas para a realização de estudos plurais sobre o período costumam se constituir em desafio adicional para boa parte do(a)s pesquisadore(a)s em virtude das características gráficas dos manuscritos, que divergem dos padrões linguísticos e estéticos atuais da(s) língua(s). Historiadores e historiadoras, em sua maioria, não dispõem de disciplinas voltadas para as suas capacitações para a leitura, interpretação e análise de fontes manuscritas em todo o seu processo de formação formal. A Paleografia é a ciência que se ocupa desta função, dedicando-se ao estudo de textos produzidos sob sistema gráfico diverso do que se encontra em vigor, com conhecimentos que podem ser aplicados sobre textos de diversas tipologias, naturezas e produzidos em variados suportes e com múltiplos instrumentos. Este minicurso, se ofertado em um evento que reúne especialistas em História Colonial, poderá colaborar para as pesquisas deste(a)s profissionais que lidam cotidianamente com fontes manuscritas.

Objetivo:

O objetivo deste minicurso é, portanto, contribuir para a redução do desafio costumeiramente enfrentado de identificação, leitura, interpretação e análise de fontes manuscritas sobre o Brasil



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

Colonial através da apresentação de ferramentas paleográficas que poderão ser utilizadas para a ‘decodificação’ de fontes coloniais de interesse para a pesquisa histórica. Além do conhecimento teórico introdutório à paleografia, o minicurso contará com exercícios práticos de leitura, transcrição e análise de textos manuscritos datados entre os séculos XVI e XIX.

Conteúdo Programático:

- Introdução à Paleografia
- Breve História da Cultura Escrita
- A Paleografia e as fontes coloniais sobre o Brasil
- Paleografia de leitura x Paleografia de análise: introdução e contextualização
- Desafios para a decodificação de fontes manuscritas
- Estratégias para a leitura, transcrição e análise de fontes manuscritas coloniais
- Exercícios de leitura paleográfica
- Exercícios de transcrição paleográfica

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Antonio Jacinto de. *Nova arte de escrever*. Lisboa, 1793.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e de Diplomática*. 3. ed. rev. e ampli. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

BORGES NUNES, E. *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. 3ª ed. Lisboa: Faculdade de Letras, 1981.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CUNHA, Celso. *O Ofício de filólogo*. In: _____. *Sob a pele das palavras: dispersos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Academia Brasileira de Letras, 2004.

DIAS, Elizangela. *De uma página a outra: o reclame em livros manuscritos e impressos dos Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Miró Editorial, 2018.

FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de. *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*. Lisboa Occidental: na officina de Bernardo da Costa de Carvalho, Impressor do Serenissimo Senhor Infante, 1722.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3. ed. revisada e aumentada. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

LOSE, Alicia Duhá; MAGALHÃES, Livia Borges Souza; MAZZONI, Vanilda Salignac. *Paleografia e suas interfaces*. v. 2. Salvador: Memória & Arte, 2021.

PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Tradução de Luciano Padilla López. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.



XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL

PINSKY, Carla Bassanezi. (org). *Fontes Históricas*. 2.ed., 1a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *Paleografia, documentação e metodologia histórica*. CEDHAL Cursos e eventos, nova série, n. 5. São Paulo: Humanitas, 2010.